

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Parnaíba Transmissão e Participações S.A
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	12



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Parnaíba Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$511.660 mil, no consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 3.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria, indicando a necessidade de complemento do montante contabilizado como ativo contratual, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC - SP034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Parnaíba Transmissão e Participações S.A
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Balancos patrimoniais
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.529	1	9.011	6.171
Contas a receber de clientes	5	-	-	6.916	3.979
Tributos a recuperar		63	97	453	991
Estoques		-	-	771	-
Ativo contratual da concessão	6	-	-	38.885	36.917
Dividendos a receber	11	4.141	934	-	-
Despesas antecipadas		-	-	-	22
Outros ativos circulantes		26	-	1.639	219
Total do ativo circulante		5.759	1.032	57.675	48.299
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	5	-	-	-	2.447
Títulos e valores mobiliários	7	8.988	12.110	14.361	16.008
Ativo contratual da concessão	6	-	-	472.775	465.075
Depósitos judiciais e cauções		-	-	207	222
Outros ativos não circulantes		-	-	190	190
Total do realizável a longo prazo		8.988	12.110	487.533	483.942
Investimentos					
Imobilizado	8	294.065	261.006	-	-
		-	-	74	77
Total do ativo não circulante		303.053	273.116	487.607	484.019
Total do ativo		308.812	274.148	545.282	532.318

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		25	42	1.269	377
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	5.806	5.955
Debêntures	10	10.150	165.799	10.150	184.090
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	14.1	20	-	564	374
Provisão para contrato oneroso	12	-	-	5.175	4.719
Outros passivos circulantes		3	9	1.867	2.517
Total passivo circulante		10.198	165.850	24.831	198.032
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	127.438	132.921
Debêntures	10	147.181	146.154	147.181	146.154
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	18.733	18.405
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	-	-	15.788	15.530
Provisão para contrato oneroso	12	-	-	59.553	58.908
Provisão para contingências	15	-	-	325	224
Outros passivos não circulantes		-	45	-	45
Total passivo não circulante		147.181	146.199	369.018	372.187
Patrimônio líquido					
Capital social	16	230.736	38.572	230.736	38.572
Prejuízos acumulados		(79.303)	(76.473)	(79.303)	(76.473)
Total patrimônio líquido		151.433	(37.901)	151.433	(37.901)
Total passivo e do patrimônio líquido		308.812	274.148	545.282	532.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Parnaíba Transmissão e Participações S.A
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Demonstrações dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura, operação e manutenção e outras, líquidas	17	-	-	11.630	18.828
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	-	-	46.708	49.249
Receita operacional líquida	17	-	-	58.338	68.077
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	-	-	(14.583)	(21.676)
Lucro bruto		-	-	43.755	46.401
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(99)	(173)	(3.069)	(5.727)
Resultado de equivalência patrimonial	8	23.020	23.321	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		22.921	23.148	40.686	40.674
Despesas financeiras	20	(26.780)	(43.700)	(43.153)	(59.343)
Receitas financeiras	20	1.029	873	1.676	1.264
Resultado financeiro líquido		(25.751)	(42.827)	(41.477)	(58.079)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.830)	(19.679)	(791)	(17.405)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	-	-	(1.766)	(1.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(273)	(937)
Prejuízo do exercício		(2.830)	(19.679)	(2.830)	(19.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(2.830)	(19.679)	(2.830)	(19.679)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(2.830)	(19.679)	(2.830)	(19.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro 2022		30.229	681	(56.794)	(25.884)
Aumento de capital		8.343	(681)	-	7.662
Prejuízo do exercício	15	-	-	(19.679)	(19.679)
Saldos em 31 dezembro 2023		38.572	-	(76.473)	(37.901)
Aumento de capital	15	192.164	-	-	192.164
Prejuízo do exercício		-	-	(2.830)	(2.830)
Saldos em 31 dezembro 2024		230.736	-	(79.303)	151.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A (anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do Imposto de renda e Contribuição social	(2.830)	(19.679)	(791)	(17.405)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação	-	-	5	8
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	7.848	8.063
Encargos financeiros sobre debêntures	26.655	43.627	27.437	46.779
Provisão de contingências	-	-	1.415	7
Provisão para contrato oneroso	-	-	1.101	1.442
Receita do ativo contratual de concessão	-	-	(59.397)	(70.341)
PIS e COFINS diferidos	-	-	313	1.112
Outras receitas de ativo de contrato	-	-	-	50
Equivalência Patrimonial	(23.020)	(23.321)	-	-
Receitas financeiras	(1.029)	(916)	1.675	(1.193)
	(224)	(289)	(20.394)	(31.478)
Variações dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(490)	(2.952)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	15	(5)
Despesas antecipadas	-	123	22	119
Tributos a recuperar	34	94	538	5
Estoques	-	-	(771)	-
Ativo contratual de concessão	-	-	49.729	42.127
Outros ativos	(26)	3	(1.420)	(158)
Variações dos passivos operacionais				
Fornecedores	(17)	1	892	(616)
Tributos	20	-	34	-
Outros passivos	(50)	6	(741)	1.438
Juros pagos de financiamentos e debêntures	(10.339)	-	(26.284)	(8.079)
Pagamentos de contingências	-	-	(1.314)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.593)	(908)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.602)	(62)	(1.777)	(507)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em investimentos (aportes em controladas)	(18.484)	(4.972)	-	-
Recursos provenientes de dividendos recebidos	5.237	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(2)	(11)
Aplicação/Resgate em títulos e valores mobiliários	4.151	(3.390)	-	(7.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.096)	(8.362)	(2)	(7.023)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recurso provenientes de aumento de capital	-	7.662	-	7.662
Aporte para aumento de capital	25.200	-	25.200	-
Recursos provenientes de debêntures	-	747	-	747
Pagamento de financiamento	-	-	(5.692)	(4.778)
Pagamento de debêntures	(3.974)	-	(14.889)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	21.226	8.409	4.619	3.631
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.528	(15)	2.840	(3.899)
Varição em caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1	16	6.171	10.070
No final do exercício	1.529	1	9.011	6.171
Varição em caixa e equivalentes de caixa	1.528	(15)	2.840	(3.899)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Parnaíba Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”) que até maio de 2024 tinha a denominação social de “LC Energia Holding S.A” é uma “holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 4º andar, conjunto 41, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo - SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). A participação da Companhia em suas controladas é de 100%. O Grupo está envolvido primariamente na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, operação e manutenção da instalação. As controladas têm suas atividades reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 14 de julho de 2023, a Parnaíba Transmissão e Participações S.A. celebrou com o fundo XP Infra II Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura (“XP Infra II”) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCVA”) que trata da alienação da totalidade das ações para a XP Infra II. A alienação da totalidade das ações foi concluída no dia 22 de março de 2024, onde a XP Infra II se tornou a única controladora da Companhia.

Em 27 de março de 2024 o novo acionista XP Infra II em demonstração de total alinhamento com a Companhia, realizou um aporte financeiro, aumentando o capital social no montante de R\$25.200, mediante emissão de 25.200.000 (vinte e cinco milhões e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$166.964, mediante a emissão de 166.963.816 (cento e sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e três mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“Novas Ações”), ao preço de R\$1,00 por ação, totalmente subscritas pelo acionista XP Infra II, mediante a conversão da totalidade das 553 (quinhentas e cinquenta e três) debêntures da 1ª série e das 550 (quinhentas e cinquenta) debêntures da 2ª série.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A .
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Objeto social--Continuação

Em setembro de 2018, as Controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), contrato de concessão, pelo prazo de 30 anos.

Resumo das concessões de transmissão

Empresa	FS	SIMÕES	COLINAS
Data de contrato	Set/18	Set/18	Set/18
Entrada em operação	Out/22	Jun/22	Jul/21
Valor da RAP atualizado 2024	15.169	25.161	10.012

1.2. Informações sobre as controladas

Controlada	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Data de entrada em operação	Valor original da RAP	Índice de reajuste anual do contrato	Localização
Colinas	Nº 22/2018	21/09/2018 a 20/09/2048	23/07/2021	R\$7.200	IPCA	Tocantins
FS	Nº 17/2018	21/09/2018 a 20/09/2048	11/10/2022	R\$10.900	IPCA	Bahia
Simões	Nº 28/2018	21/09/2018 a 21/09/2048	23/06/2022	R\$9.350	IPCA	Piauí

FS Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela subestação Feira de Santana iii 230/69-13,8 kv, 2 x 150 mva, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, compensações capacitivas, transformadores de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela SE Colinas 500/138kv - (6+1r) x 60mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão chapada i - chapada ii, em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 12 km, com origem na subestação chapada i e término na subestação chapada ii; pela linha de transmissão chapada ii - chapada iii, em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 18 km, com origem na subestação chapada ii e término na subestação chapada iii; pelo pátio novo em 138 kv na chapada i 230/138-13,8 kv, 2 x 200 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Reforço das instalações

Resolução n° 9.331

Em 13 de outubro de 2020, a ANEEL autorizou a controlada Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A., através da resolução autorizativa n° 9.331, substituída pela resolução n° 9.981 em 18 de maio de 2021, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do reforço consiste na instalação de três autotransformadores monofásicos de 200MVA cada na tensão primária de 500kV, secundária de 230kV e terciária de 13,8kV, com possibilidade de inclusão de uma quarta unidade que ficará como reserva fria para as demais. A entrada em operação comercial do reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Com a entrada em operação comercial do reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$6.610 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência seria 01 de junho de 2020.

Resolução n° 11.410

Em 22 de março de 2022, a ANEEL autorizou a controlada Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A., através da resolução autorizativa n° 11.410, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Reforço das instalações--Continuação

Resolução n° 11.410--Continuação

O escopo do reforço consiste na instalação de unidade Reserva de autotransformador Monofásico 500/230 kV-200 MVA. A entrada em operação comercial do reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Com a entrada em operação comercial do reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$1.508 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência seria 01 de junho de 2020.

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

Os índices de reposicionamento da revisão tarifária periódica praticados em julho/2024, conforme resolução 3343/2024 foram: Colinas Transmissora de 2,86%, FS Transmissora de 2,95% e Simões Transmissora 2,77% corresponde a receita básica e 5,02% das receitas de reforços (REA 12076/2022).

A próxima revisão tarifária das controladas está prevista para 01 de julho de 2029.

Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 4º da Lei no 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. O contrato de concessão prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, incluindo os eventuais investimentos incrementais não amortizados, conseqüentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, o Grupo não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1) Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que não há incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, uma vez que o principal credor da Companhia é atualmente seu acionista.

Os membros da Administração do Grupo examinaram o conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 10 de abril de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- **Continuação**

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 6 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 11 - Provisão para contrato oneroso: contabilização da obrigação presente do contrato oneroso.
- Nota explicativa 12 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido;
- Nota explicativa 13 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido; e
- Nota explicativa 14 - Provisão para contingências: contabilização dos casos prováveis e divulgação dos possíveis;

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas Consolidados.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração--Continuação*

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e contas a receber de clientes.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.2.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e bancos, mensurados ao custo amortizado, e equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que o Grupo opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que o Grupo passa a ter direito incondicional ao recebimento.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão--Continuação

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que o Grupo recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita entre 9,91% e 10,31% a.a. que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). O Grupo reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração do Grupo. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita-Continuação

- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre o Grupo e o Poder Concedente.
- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração do Grupo. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.
- (iv) Parcela variável por atraso (PVA): O período de atraso na entrada em operação de novas FT a partir da zero hora do dia subsequente à data estabelecida será considerado como indisponibilidade por atraso na entrada em operação, resultando em desconto na RAP correspondente às funções de transmissão (FT) em atraso. O valor de desconto da PVA é apurado e divulgado pelo ONS, sendo calculado de acordo com os seguintes critérios:
 - O desconto na RAP somente incidirá sobre atraso de FT novas, sejam integrantes de concessões licitadas ou não.
 - O período de atraso será apurado em base mensal, limitado em 90 (noventa) dias para efeito de desconto.
 - O valor por dia de atraso nos primeiros 60 (sessenta) dias corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - O valor por dia de atraso no período entre o 61º (sexagésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, corresponderá ao valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - O valor da PVA será descontado em parcelas iguais nos (18) dezoito primeiros meses a partir da consideração na apuração mensal de serviços e encargos da transmissão da entrada em operação comercial da FT.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita-Continuação

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto que é de 25%.

A Companhia ao auferir lucro poderá distribuir juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, na forma e nos limites da legislação aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Provisões--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.6.1. Provisão para contrato oneroso

Se o Grupo possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

3.6.2. Provisões para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui processos cujo prognóstico de perda provável e possível conforme demonstrado na nota explicativa 14.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Provisões--Continuação

3.6.3. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. O Grupo classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.9. Tributação

3.9.1. PIS e COFINS diferidos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que o Grupo receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.3.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos.

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro pelo regime do lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. Neste regime, o imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a contribuição social a uma alíquota de 9%, sobre o lucro tributável, definido de acordo com a legislação tributária vigente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam ativos fiscais diferidos no montante de R\$116.302 (R\$90.453 em 31 de dezembro de 2023). Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não têm expectativa de base tributável de resultados que garantam a realização.

As controladas apuram seus tributos sobre o lucro pelo regime do lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. Neste regime, o imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 8% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 12% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

O cálculo foi realizado utilizando o percentual de presunção de 8% e 12% e as alíquotas de 25% e 9% para o imposto de renda e contribuição social respectivamente e teve como base o saldo da rubrica de ativo contratual da concessão.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

3.11. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

3.11.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 foram as seguintes:

- CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants;
- CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7) - Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado);
- CPC 06 (R2) Arrendamentos (IFRS 16) - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior.
- CPC 09 Demonstração do valor adicionado. Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (R1).

As referidas normas não trouxeram impactos materiais para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.11.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas--Continuação

3.11.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Ausência de conversibilidade (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (vigência: 01/01/2027).
- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (vigência: 01/01/2027).

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	1	1	280	1.972
Aplicações financeiras (i)	1.528	-	8.731	4.199
Total	1.529	1	9.011	6.171

- (i) Consolidado: O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As aplicações tiveram uma taxa de remuneração de 97% (CDI) com uma taxa média de 10,51% ao ano na empresa Colinas, na FS e Simões as aplicações tiveram uma taxa de remuneração de 75% a 98% (CDI) com uma taxa média de 9,37% ao ano em 2024. Em 2023 a taxa média de remuneração foi de 98% (CDI).

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias (i)	5.257	3.334
CCT / DIT (ii)	1.659	3.092
Total	6.916	6.426
Circulante	6.916	3.979
Não circulante	-	2.447

- (i) O Grupo não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.
- (ii) Refere-se a receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	6.659	6.426
Vencidos até 90 dias	188	-
Vencidos mais de 90 dias	69	-
Total	6.916	6.426

6. Ativo contratual da concessão

a) Consolidado

A taxa utilizada pelo Grupo para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Linhas de Transmissão	Descrição				
	Colinas	FS	Simões		
	Principal	Principal	Principal	Reforço 1	Reforço 2
Margem de construção	1,84%	2,78%	2,44%	2,44%	2,44%
Margem de operação e manutenção - nota 12	63,83%	(71,12)%	50,99%	(46,13)%	128,44%
Taxa de remuneração	9,91%	9,91%	9,91%	10,31%	10,11%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
RAP Anual - Ciclo 2024-2025	10.012	15.169	14.723	8.619	1.820

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo contratual da concessão--Continuação

a) Consolidado--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	501.992	473.778
Receita de construção	-	10.654
Margem de construção	-	259
Receita de operação e manutenção	12.603	11.027
Margem de operação e manutenção	(2.252)	(1.913)
Remuneração do ativo de contrato	48.478	50.996
Recebimento RAP	(49.729)	(42.127)
Provisão de PVA	568	(682)
Saldo final	511.660	501.992
Circulante	38.885	36.917
Não circulante	472.775	465.075

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Conta vinculada (i)	8.988	12.110	14.361	16.008
Total	8.988	12.110	14.361	16.008

(i) Controladora: Conta corrente vinculada ao Banco Fram Capital constituída para atender às cláusulas restritivas do contrato de debêntures.

Consolidado: Conta corrente vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia constituída para atender às cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos das investidas Simões, Colinas e FS transmissora.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

Controladas	31/12/2024	31/12/2023
FS Transmissora de Energia Elétrica S. A	65.906	57.656
Colinas Transmissora de Energia Elétrica S. A	53.470	51.400
Simões Transmissora de Energia Elétrica S. A	174.689	151.950
Total	294.065	261.006

Movimentação do Investimento

	Colinas	FS	Simões	Total
Saldo em 31/12/2022	47.643	50.700	135.304	233.647
Aumento de capital	-	1.419	3.553	4.972
Dividendos	(934)	-	-	(934)
Resultado de equivalência patrimonial	4.691	5.537	13.093	23.321
Saldo em 31/12/2023	51.400	57.656	151.950	261.006
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.665	15.819	18.484
Reversão de Dividendos	933	-	-	933
Dividendos declarados	(3.145)	-	(6.233)	(9.378)
Resultado de equivalência patrimonial	4.282	5.585	13.153	23.020
Saldo em 31/12/2024	53.470	65.906	174.689	294.065

Em 28 de março de 2024, a Companhia quitou as debêntures das investidas FS Transmissora e Simões Transmissora, liquidando as captações das controladas através de aporte de valores de adiantamento para futuro aumento de capital.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Demonstrações contábeis resumidas

A seguir encontram-se as principais informações financeiras das controladas:

	31/12/2024				31/12/2023			
	COLINAS	FS	SIMOES	Total	COLINAS	FS	SIMOES	Total
Ativo								
Circulante	10.737	18.127	27.192	56.056	10.848	16.647	23.207	50.702
Não Circulante	83.144	171.486	223.990	478.620	82.001	168.922	220.985	471.908
Total do ativo	93.881	189.613	251.182	534.676	92.849	185.569	244.192	522.610
Passivo								
Circulante	3.302	7.284	8.188	18.774	2.854	10.148	22.614	35.616
Não Circulante	37.109	116.423	68.305	221.837	38.595	117.765	69.628	225.988
Patrimônio líquido	53.470	65.906	174.689	294.065	51.400	57.656	151.950	261.006
Total do passivo	93.881	189.613	251.182	534.676	92.849	185.569	244.192	522.610
Resultado do exercício	4.282	5.586	13.153	23.021	4.691	5.537	13.093	23.321

9. Empréstimos e financiamentos

a) Consolidado

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade de amortização	(Taxa efetiva de juros)
Simões - Empréstimo BNB	45.174	46.807	15/09/2040	Mensal	0,991% a.a.
Simões - Encargos financeiros sobre empréstimos	106	87			
FS - Empréstimo BNB	55.001	57.469	15/08/2042	Mensal	1,152% a.a e 1,408% a.a
FS - Encargos financeiros sobre empréstimos	134	113			
Colinas - Empréstimo Basa	32.746	34.338	15/07/2045	Mensal	IPCA + 0,01340% a.a
Colinas - Encargos financeiros sobre empréstimos	84	62			
Total	133.245	138.876			

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Despesa de juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Empréstimo BNB (i)	108.680	5.972	(4.115)	(6.061)	104.476
Empréstimo Basa (ii)	34.990	2.091	(663)	2.018	34.400
	143.670	8.063	(4.778)	(8.079)	138.876
Total circulante	4.885				5.955
Total não circulante	138.785				132.921

	31/12/2023	Despesa de juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2024
Empréstimo BNB (i)	104.476	5.798	(4.101)	(5.760)	100.413
Empréstimo Basa (ii)	34.400	2.050	(1.591)	(2.028)	32.831
	138.876	7.848	(5.692)	(7.788)	133.244
Total circulante	5.955				5.806
Total não circulante	132.921				127.438

- (i) Controlada Simões: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, em maio de 2022, com vencimento em 15 de setembro de 2040 e composto de principal (amortizado mensalmente) e juros (amortizados mensalmente). Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% a.a.
- Controlada FS: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, na competência de 2022, composto de principal e juros, ambos amortizados mensalmente e com vencimento em 15 de agosto de 2042. Sobre a dívida, incide a taxa de de juros dos fundos constitucionais -TFC, apurada mensalmente, adicionalmente 1,152% e 1,408% ao ano.
- (ii) Controlada Colinas: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Amazônia, em 26 de abril de 2022, composto de principal (com vencimento mensal a partir de agosto de 2023) e juros (amortizados mensalmente). Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária IPCA e pelo componente prefixado TFC de 0,01340 a.a. de acordo com a Lei nº 10.177, de 2001.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Cronograma de amortização da dívida

O empréstimo tem seu vencimento assim programado:

<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	5.360
2027	5.397
2028	5.581
2029	5.575
2030 a 2045	105.525
	<u>127.438</u>

Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil

Controlada Simões

Entre os meses de maio a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº 187.2020.991.6274 celebrado entre a controlada Simões e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, a controlada concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$49.567, sendo R\$44.611 no mês de maio de 2022 e R\$4.957 no mês de dezembro de 2022, com vencimento em setembro de 2040. Sobre a dívida incide a Taxa de juros de Juros dos Fundos Constitucionais -TFC, apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% ao ano.

Controlada FS

Entre os meses de junho a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.637.6127, celebrado entre a controlada FS e o Banco do Nordeste do Brasil- BNB, concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$61.278, sendo R\$28.548 em junho, R\$26.602 em julho e R\$6.128 em dezembro, com vencimento em agosto de 2042. Sobre a dívida, incide a taxa de juros dos fundos constitucionais - TFC, apurada mensalmente, adicionalmente 1,152% e 1,4081% aa. Sobre R\$39.304 e R\$21.975 respectivamente.

O pagamento do principal e os encargos financeiros são amortizados mensalmente.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Garantias

Controlada Simões

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.991.6274:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parágrafo único: A Fiança poderá ser reduzida à cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$1.873 ou o equivalente a 3,78% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto. Em 31 de dezembro de 2024 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Controlada FS

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.637.6127:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Garantias-Continuação

Controlada FS--Continuação

Parágrafo único: A Fiança poderá ser reduzida à cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$2.194 ou o equivalente a 3,58% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto. Em 31 de dezembro de 2024 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Empréstimo Basa

Controlada Colinas

Em abril de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento participar nº127-121/0084-4, celebrado entre a investida e o banco BASA, foi concluído o processo de captação, por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com a liberação no montante de R\$35.000 e com vencimento em agosto de 2045. Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,01340 a.a. Os encargos financeiros são amortizados mensalmente. Os recursos foram utilizados na liquidação das debêntures.

Garantias

Cláusula nona da cédula de crédito bancário

- (a) Fiança bancária, garantindo 100% do crédito aberto.
- (b) Aval corporativo da acionista Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Garantias--Continuação

Cláusula nona da cédula de crédito bancário--Continuação

- (c) Conta Reserva de Serviço da Dívida com saldo equivalente ao valor de, no mínimo, a soma de 6 (seis) parcelas vincendas de amortização de principal e encargos, cujo preenchimento deverá ser iniciado 6 (seis) meses antes da primeira amortização de principal (em agosto de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

A Administração mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos na cláusula dezoito da cédula de crédito bancário, conforme segue:

- (a) A controlada Colinas obriga-se a realizar à conta de recursos próprios, as inversões correspondentes à diferença entre o custo global do Projeto e o montante do crédito aberto através deste contrato, bem como quaisquer excessos que se verifiquem na execução do Projeto financiado, desde que respeitado cumulativamente (i) que os recursos sejam destinados à cobertura de variações no Projeto, em relação ao Quadro de Usos e Fontes, em percentual de até a 10% (dez por cento) ;(ii) que não haja compartilhamento das garantias que serão constituídas em favor do BANCO; e (iii) não ocorra descumprimento do Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, a ser apurado após 12 (doze) meses de pagamento de principal, a ser verificada através das demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas.
- (b) A controlada Colinas obriga-se a apurar e informar ao Banco da Amazônia anualmente, até 30 (trinta) de junho de cada ano, ICSD, relativo ao exercício fiscal findo em 31 (trinta e um) de dezembro de ano anterior, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas por auditor independente cadastrado na CVM. Esta obrigação se iniciará a partir do ano de 2024 referente ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 e perdurará durante todo o período de amortização do presente Contrato;
- (c) A controlada Colinas obriga-se a manter durante a vigência desta Cédula, o Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) parcelas de principal e juros da dívida, calculado na forma do parágrafo único desta Clausula;

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Garantias--Continuação

Cláusula nona da cédula de crédito bancário--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida.

10. Debêntures

a) Controladora

As debêntures são compostas da seguinte forma:

<u>Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
			10/01/2024 (1ª série)		
			(i)		
Debêntures - 1ª Emissão			10/01/2024 (2ª série)		IPCA +10%
(i)	-	140.421	(ii)	Bullet	CDI + 8,0%a
Debêntures - 2ª Emissão	157.331	171.532	15/08/2043 (1ª e 2ª série)	Semestral	IPCA + 6,95%
Total	157.331	311.953			

(i) Em 03 de agosto de 2023 as partes celebraram o 5º Aditamento à escritura de emissão, prorrogando a data de vencimento da 1ª Emissão para 10 de janeiro de 2024, e deliberando a alteração da periodicidade da amortização para parcela única.

Em 14 de dezembro de 2022 no Segundo Aditamento do Instrumento Particular da Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures, foi prorrogado a data de vencimento da 1ª emissão 2ªserie para março de 2023. Em 04 de janeiro de 2024 as partes celebraram o 6º Aditamento à escritura de emissão, prorrogando a data de vencimento da 1ª emissão para 24 de março de 2024.

Durante o exercício de 2024, as debêntures da 1ª emissão foram liquidadas mediante a conversão da totalidade das 553 (quinhentas e cinquenta e três) debêntures da 1ª série e das 550 (quinhentas e cinquenta) debêntures da 2ª série em aumento de capital social da Companhia.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

a) Controladora--Continuação

Garantias

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos na escritura de emissão.

Para a 2ª emissão de debêntures, emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações semestrais do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), devendo ser igual ou superior a 1,3x, com base nos resultados operacionais regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Vencimento antecipado

As debêntures, classificadas no passivo de longo prazo, tem seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2024</u>
2026	6.642
2027	6.925
2028	7.927
2029	8.973
2030	11.015
2031 a 2043	<u>105.699</u>
Total	<u>147.181</u>

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

b) Consolidado

As debêntures são compostas da seguinte forma:

<u>Empresa / Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
LC - 1ª Emissão de debêntures	-	157.980	30/08/2023 (1ª série) (i) e 31/03/2023(2ª série) (i)	Bullet	IPCA+10% a.a e CDI +8,0%. IPCA + 6,95% a.a.
LC - 2ª Emissão de debêntures	157.331	153.973	15/08/2043	Semestral	a.a.
FS - 1ª Emissão de debêntures	-	1.911	10/01/2024 (ii)	Bullet	CDI+7% a.a.
FS - Encargos financeiros sobre debêntures	-	1.294			
Simões - 1ª Emissão de debêntures	-	9.004	10/01/2024 (ii)	Bullet	cDI+7% a.a.
Simões - Encargos financeiros sobre debêntures	-	6.082			
Total	157.331	330.244			

(i) Em 03 de agosto de 2023 as partes celebraram o 5º Aditamento à escritura de emissão, prorrogando a data de vencimento para 10 de janeiro de 2024 e deliberando a alteração da periodicidade da amortização para parcela única.

(ii) Na Assembleia Geral de Debenturista, realizada em 21 de dezembro de 2023, houve a deliberação sobre as Debêntures, prorrogando a data de vencimento para 24 de março de 2024.

A movimentação da debênture está demonstrada a seguir:

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	31/12/2022	Captações	Despesa de Juros	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	31/12/2023
1ª Emissão de debêntures	132.213	-	25.767	-	-	157.980
2ª Emissão de debêntures	135.366	747	17.860	-	-	153.973
Controladora	267.579	747	43.627	-	-	311.953
1ª Emissão - Simões	12.488	-	2.598	-	-	15.086
1ª Emissão - FS	2.651	-	554	-	-	3.205
Consolidado	282.718	747	46.779	-	-	330.244
Total circulante	152.591					184.090
Total não circulante	130.127					146.154

	31/12/2023	Captações	Despesa de Juros	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures	157.980	-	8.984	(119.985)	(46.979)	-
2ª Emissão de debêntures	153.973		17.671	(3.979)	(10.339)	157.331
Controladora	311.953	-	26.655	(123.959)	(57.318)	157.331
1ª Emissão - Simões	15.086	-	648	(9.004)	(6.729)	-
1ª Emissão - FS	3.205	-	134	(1.911)	(1.428)	-
Consolidado	330.244	-	27.437	(134.874)	(65.476)	157.331
Total circulante	184.090					10.150
Total não circulante	146.154					147.181

Entre junho e agosto de 2021 as investidas, concluíram a 1ª emissão de debêntures, com a emissão de 185.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo R\$185.000, atualizadas pela taxa DI (Depósito Interbancário) + 7,0% a.a, com vencimento em 24 de março de 2024.

Os recursos líquidos obtidos pelas investidas, foram integralmente aplicados no financiamento dos projetos de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos Estados da Bahia e Piauí.

Em 28 de março de 2024, a Companhia quitou as debêntures das investidas FS Transmissora e Simões Transmissora, liquidando as captações das controladas através de aporte de valores de adiantamento para futuro aumento de capital.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. (anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Do total das debêntures emitidas 185.000, foram subscritas 119.626 por R\$119.626. Assim, as debêntures no total de 65.374 emitidas e não subscritas, conforme previsto na cláusula 3.8.11 das escrituras de emissão, serão canceladas, através do instrumento de aditamento da escritura de emissão.

11. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem a receber os dividendos mínimos obrigatórios das empresas controladas.

	<u>Colinas</u>	<u>FS</u>	<u>Simões</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dividendos a receber	1.017	-	3.124	4.141	934
	<u>1.017</u>	<u>-</u>	<u>3.124</u>	<u>4.141</u>	<u>934</u>

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

12. Provisão para contrato oneroso

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	63.627	62.185
Remuneração	5.742	6.020
Variação monetária	-	(220)
Realização	(4.641)	(4.358)
Saldo final	64.728	63.627
Circulante	5.175	4.719
Não circulante	59.553	58.908

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. PIS e COFINS diferido

a) Consolidado

Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando o Grupo reconhece a RAP (receita anual permitida).

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Movimentação do ativo contratual da concessão	9.665	28.214
(+) Provisão PVA	(584)	682
(+) DIT	(1.380)	2.951
(+) Receita anual permitida - PA	1.394	(1.394)
(-) Outras Movimentações	(101)	-
Total	8.995	30.453
Alíquota vigente	3,65%	3,65%
Total despesa PIS/COFINS diferido (i)	328	1.112

A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	18.405	17.293
Impostos calculados no ano	328	1.112
Saldo final PIS e COFINS diferidos	18.733	18.405

Parnaíba Transmissão e Participações S.A .
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

Consolidado

Lucro Presumido	31/12/2024	31/12/2023
RAP Faturada	51.258	41.474
Base presunção IRPJ 8%	4.101	3.318
Base presunção CSLL 12%	6.151	4.976
Receitas financeiras	646	391
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	4.748	3.709
IRPJ calculado no ano	(1.142)	(854)
Despesa de IRPJ corrente	(1.142)	(854)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	6.798	5.367
CSLL calculado no ano	(624)	(483)
Despesa de CSLL corrente	(624)	(483)
Movimentação do ativo contratual	9.557	28.214
(+) Provisão PVA	(584)	682
(+) CCT/DIT	(1.380)	2.951
(-) Receita anual permitida	1.394	(1.394)
	8.987	30.453
Base presunção IRPJ 8% ativo de contrato	719	2.437
Base presunção CSLL 12% ativo de contrato	1.079	3.654
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido ativo de contrato	719	2.437
Despesa de IRPJ diferido	(177)	(609)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido ativo de contrato	1.079	3.654
Despesa de CSLL diferido	(96)	(328)
Total de despesas IRPJ/CSLL - corrente	(1.766)	(1.337)
Total de despesas IRPJ/CSLL - diferidos	(273)	(937)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A .
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--
Continuação

14.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos a pagar	374	-
Impostos calculados no ano	1.766	1.337
Impostos deduzidos	(17)	(55)
Impostos pagos	(1.578)	(908)
Saldo final dos impostos a pagar	545	374

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos diferidos	15.530	14.593
Impostos calculados no ano	258	937
Saldo final dos impostos diferidos	15.788	15.530

15. Provisão para contingências

a) Controladora

Em 31 de dezembro de 2024, a controladora não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

b) Consolidado

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial provisão para contingências	224	217
Provisão para contingências	1.475	7
Baixa/Reversão	(1.374)	-
Saldo final provisão para contingências	325	224

Em 31 de dezembro de 2024 a FS possui três processos cujo prognóstico de perda está avaliado como possível no montante total de R\$128. Esses processos são dois de natureza cível e um trabalhista. Adicionalmente, a controlada Simões possui um processo avaliado como perda possível no valor de R\$25 de natureza cível.

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Colinas não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

FS Transmissora de Energia Elétrica S.A.

A Companhia possui processos relacionados à indenização cíveis e trabalhistas, parte desses processos possuem depósito em juízo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível	160	160
Trabalhista	43	53
Total	203	213

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A

A Companhia possui processos relacionados a indenizações cíveis, parte desses processos possuem depósito em juízo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível	4	9
Total	4	9

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$230.736 (31 de dezembro de 2023: R\$38.572) e está representado por 230.735.632 (31 de dezembro de 2023: 38.571.816) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela XP Infra II Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
XP Infra II .	230.735.632	230.736	100%	38.571.816	38.572	100%
	230.735.632	230.736	100%	38.571.816	38.572	100%

Em 4 de janeiro de 2023 houve um aumento de capital no valor de R\$681, com consequente emissão de 680.680 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizadas, mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2022

Em 14 de julho de 2023 houve um aumento de capital no valor de R\$7.634, com consequente emissão de 7.633.824 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizadas.

Em 30 de outubro de 2023 houve um aumento de capital no valor de R\$28, com consequente emissão de 27.955 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizadas. Em 27 de março de 2024 houve um aumento de capital na Companhia no valor de R\$25.200, com consequente emissão de 25.200.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizadas pelo acionista XP Infra II Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura, mediante a integralização em moeda corrente nacional.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2024 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$166.964, mediante a emissão de 166.963.816 (cento e sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e três mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de R\$1,00 por ação, mediante a conversão das debêntures.

Desta forma, a Companhia encerrou o exercício de 2024 com o valor de R\$230.736 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

A Companhia não constituiu reserva legal devido ter apresentado prejuízo nos exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

A Companhia não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios devido ter apresentado prejuízo no exercício de 2024 e 2023.

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

A Companhia não constituiu reserva de lucros devido ter apresentado prejuízo no exercício de 2024 e 2023.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de prejuízos acumulados foi de R\$79.303 (R\$76.473 em 31 de dezembro 2023), refletindo o aumento de R\$2.830 do prejuízo do ano.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de remuneração do ativo contratual da concessão	48.478	50.996
Receita de operação e manutenção	12.603	11.027
Margem de operação e manutenção	(2.252)	(1.913)
Receita de construção	-	10.654
Margem de construção	-	259
Outros	1.850	904
Receita operacional bruta	60.679	71.927
Encargos do consumidor	(712)	(542)
Encargos e multas regulatórias	585	(682)
PIS e COFINS sobre o faturamento	(1.901)	(1.514)
PIS e COFINS diferidos	(313)	(1.112)
Total de deduções da receita	(2.341)	(3.850)
Total	58.338	68.077

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo com construção	-	(10.247)
Custo com materiais	(335)	(239)
Custo com serviços tomados de terceiros	(9.729)	(7.985)
Custo com energia elétrica	(170)	(813)
Custo arrendamentos e aluguéis	(962)	-
Custo com seguro	(331)	(71)
Custo com impostos e taxas	-	(661)
Custo com Provisão de contingências e litígios (i)	(1.600)	-
Provisão para contrato oneroso	(1.110)	(1.442)
Demais custo	(346)	(218)
Total	(14.583)	(21.676)

- (i) Refere-se a acordos trabalhistas realizados durante o exercício de 2024, decorrentes de processos atrelados a construção das linhas de transmissão, principalmente na controlada FS de R\$1.412 e R\$188 na empresa Colinas decorrente da movimentação de contingências de natureza cível.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com pessoal	-	-	(441)	(47)
Despesas com materiais	(3)	-	(5)	(33)
Serviços tomados de terceiros	(137)	(132)	(2.306)	(3.883)
Despesa arrendamentos e aluguéis	-	-	(28)	(11)
Despesa com seguros	-	(806)	(21)	(850)
Despesa com impostos e taxas	(18)	(11)	(137)	(537)
Despesa com depreciação	-	-	(5)	(8)
Outras despesas gerais e administrativas	59	776	(126)	(358)
Total	(99)	(173)	(3.069)	(5.727)

20. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros e variações monetárias	(26.645)	(43.627)	(35.275)	(54.842)
Multa e acréscimos moratórios	(1)	-	(342)	(377)
IOF, comissões e taxas	-	(26)	(4.031)	(70)
Serviços bancários, garantias e fianças	(48)	(6)	(3.020)	(3.887)
Outras despesas financeiras	(86)	(41)	(484)	(167)
Despesas financeiras	(26.780)	(43.700)	(43.152)	(59.343)
Receita com aplicação financeira	993	873	1.646	1.259
Outras receitas financeiras	36	-	29	5
Receitas financeiras	1.029	873	1.675	1.264
Resultado financeiro, líquido	(25.751)	(42.827)	(41.477)	(58.079)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Aplicações financeiras	2	1.528	-	8.731	4.199
Títulos e valores mobiliários	2	8.988	12.110	14.361	16.008
Títulos e valores mobiliários					
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e bancos		1	1	280	1.972
Contas a receber de clientes		-	-	6.916	6.426
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		25	42	1.269	377
Empréstimos e financiamentos		-	-	133.244	138.876
Debêntures		157.331	311.953	157.331	330.244

A administração dos instrumentos financeiros do Grupo é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle do Grupo é previamente aprovada pela Administração.

O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros do Grupo, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual.

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento do Grupo.

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de o Grupo efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O Grupo tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A. **(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

21.2. Gestão do capital

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

22. Seguro

O grupo mantém a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros contratados estão demonstrados a seguir:

a) Controlada FS

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	1.676	17 de dezembro de 2024 até 17 de março de 2025
Tokio Marine Seguradora	Riscos operacionais	31.841	14 de junho de 2024 até 14 de junho de 2025
Chubb	Riscos Operacionais	10.000	01 de novembro de 2024 a 08 de novembro de 2025

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.
(anteriormente denominado LC Energia Holding S.A)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Seguro--Continuação

b) Controlada Colinas

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	558	18 de dezembro de 2024 até 18 de março de 2025 08 de novembro de 2024 até 08 de novembro de 2025
Chubb Seguradora	Risco Civil Riscos	10.000	
Tokio Marine Seguradora	Operacionais	44.590	14 de junho de 2024 até 14 de junho de 2025

c) Controlada Simões

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Tokio Marine Seguradora	Riscos operacionais	216.539	14 de junho de 2024 até 14 de junho de 2025
Chubb Seguradora	Risco Civil	10.000	08 novembro de 2024 a 08 de novembro de 2025

Diretoria

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zazur
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136